

Littera Online

Edição especial, vol. 9, 2018

Programa de Pós-Graduação em Letras | Universidade Federal do Maranhão

LÍNGUA DE SINAIS NA ESCOLA: COMUNICAÇÃO COMO FORMA DE INTERAÇÃO ENTRE SURDOS E OUVINTES POR MEIO DA LIBRAS NA ESCOLA LUIZ NUNES DE DIREITO

Yasmin Chaves dos Passos¹

Weslei Farias dos Santos²

Wanúbya do Nascimento Moraes Campelo³

Resumo: A presente pesquisa tem como escopo fazer uma análise em como a escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Luiz Nunes de Direito no município de Ananindeua no Pará está trabalhando a interculturalidade entre surdos e ouvintes em seu espaço físico e com seu quadro profissional, conforme os pressupostos da Lei nº 10.436 de abril de 2002, que preconiza o ensino de Libras na escola para surdos e ouvintes como parte integrante de todo sistema educacional. Após a pesquisa bibliográfica, o estudo usou uma abordagem metodológica de cunho quali-quantitativo, que veio ressaltar a descrição e averiguação das percepções sociais e comunicacionais dos sujeitos envolvidos na pesquisa, facilitando o entendimento dos fenômenos sociais que os cercam.

Palavras-chave: Interculturalidade. Bilinguismo. educação inclusiva.

Abstract: The goal of this study is to analysis on how the Luiz Nunes Municipal School of Primary and Secondary Education in Ananindeua-Pará is working the interculturality between the deaf and the listener in their physical space and their professional context, according to the assumptions of 10,436/2002 Law, which recommends the teaching of Brazilian Sign Language at the school for the deaf and listener as an integral part of any educational system. After the bibliographic research, the study used a qualitative-quantitative methodological approach, which emphasized the description and ascertainment of the social and communication perceptions of the subjects involved in the research, facilitating the understanding of the social phenomena surrounding them.

Keywords: Interculturality. Bilingualism. Inclusive Education.

1 Considerações iniciais

A presente pesquisa tem como escopo fazer uma análise em como a escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Luiz Nunes de Direito localizada no município de

¹ Discente do Curso de Licenciatura em Letras-Libras – UFRA. E-mail: yasmin.passos12@gmail.com

² Discente do Curso de Licenciatura em Letras-Libras UFRA. E-mail: wesleifarias20@gmail.com

³ Docente Assistente – UFRA. E-mail: wanubyacampelo@gmail.com

Ananindeua, no estado do Pará, está trabalhando a interculturalidade entre surdos e ouvintes em seu espaço físico e com seu quadro profissional, conforme os pressupostos da Lei nº 10.436 de abril de 2002, que preconiza o ensino de Libras na escola para surdos e ouvintes como parte integrante de todo sistema educacional.

Durante o século XIX e XX, os métodos de oralização – utilizados na maioria das vezes por fonoaudiólogos- era o principal meio para estimular a comunicação do indivíduo Surdo. Atualmente, após lutas “travadas” pelos surdos na busca pelo reconhecimento de seus direitos a partir da declaração de Salamanca, viu-se um reconhecimento da aprovação de propostas que os contemplam e tendo como base a formação de sua identidade e cultura surda, através da interação comunicacional do Surdo e do ouvinte.

Segundo Quadros (2006), L’Epee usava o método natural que o surdo tinha para se comunicar, os gestos, e com esse método todos os surdos que frequentavam sua escola, tiveram um grande desenvolvimento, bem como os outros países que seguiram o exemplo. No entanto, esse método só durou até 1880, que foi quando ocorreu o Congresso de Milão na Itália, onde uma delegação que representava todos os países, em sua maior parte ouvintes, acarretando na suspensão da língua de sinais na escola, já que contemplava uma minoria de surdos e os ouvintes não se sentiam beneficiados com este meio comunicativo, e assim, o oralismo foi implantado. E de lá para cá dois métodos são utilizados para aquisição da linguagem (oralismo e gestualismo), especialmente quando são filhos de pais ouvintes.

O presente projeto tem o intuito de observar as relações de inclusão comunicacional e a interculturalidade a partir da interação de surdos e ouvintes em Libras, no âmbito escolar e deste ponto, analisar como trabalhar essa comunicação para a formação do sujeito social, implantando novos conceitos na consciência dos alunos e servidores para assim evidenciar, recuperar e prevenir a questão do preconceito comunicacional. Trazendo soluções para as dificuldades recorrentes com a falta de conhecimento sobre a língua de sinais e sua interação social, com: oficinas de Libras para alunos e servidores, conscientização da importância da Língua de sinais para maior aquisição do conhecimento- nesse período escolar - e para melhor comunicação com o indivíduo surdo, a importância da Libras como identidade e cultura para o indivíduo surdo.

A interculturalidade transforma o ambiente escolar, já que atua fortemente em movimentos de combate ao preconceito e as desigualdades em geral, enfrentando desafios constantes para a construção de um indivíduo justo, igual e solidário. A partir da educação

intercultural e do seu cumprimento social, como afirma Candau (2008, p. 2) a partir de estudos com Maciel et al., a educação intercultural “aparece como uma perspectiva alternativa e contra-hegemônica de construção social, política e educacional, sendo complexa por estar atravessada por desafios e tensões, tornando necessária a problematização das diferentes práticas sociais e educativas”.

Portanto, o projeto faz-se necessário para a formação do indivíduo socialmente, superando barreiras comunicacionais, o preconceito, a sua identificação como sujeito de uma cultura visu-espacial, e além disso mostrar ao ouvinte as dificuldades que o sujeito surdo tem no cotidiano, e a construção de um caráter mais tolerante para com as diferenças de outros indivíduos sociais.

2 Interação de surdos e ouvintes na escola

A partir da oficialização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pela Lei nº 10.436 de abril de 2002 e pelo Decreto Federal nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, ocorre uma ampliação dos direitos do Surdo na escola regular, como: a inclusão da LIBRAS, sendo esta componente curricular, o uso e a difusão da LIBRAS e da Língua Portuguesa para o acesso do surdo a educação, tradutor e intérprete de libras e língua portuguesa, interculturalidade, entre outros, havendo a interação de surdos e ouvintes no ambiente escolar em um único processo de aprendizagem social, intelectual e cultural.

A partir das teorias de Lacerda (2006) pode-se afirmar que a inclusão comunicacional e a interculturalidade do aluno surdo na escola regular está cada vez mais ampla, pois a linguagem que é responsável pela promoção de atividades na interação do indivíduo permeia a estruturação dos processos cognitivos. A linguagem nasce na vida social e com ela que o sujeito se constitui como tal, com essas características humanas, diferencia-se dos animais. É através do contato com a linguagem que a sociedade faz uso dela, e que o sujeito adquire. Entretanto para as pessoas surdas, esse contato o prejudica, pois, a língua oral é percebida por meio do canal auditivo, alterado nesta pessoa.

A interculturalidade é o conjunto dos processos psíquicos, relacionais, grupais, institucionais [...] originados pelas interações das culturas, numa relação de trocas recíprocas e numa perspectiva de salvaguarda de uma relativa identidade cultural dos parceiros em relação. (CLANET, 1993, p. 21).

Assim os sujeitos surdos pela defasagem auditiva enfrentam dificuldades para entrar em contato com a língua do grupo social no qual estão inseridos (Góes, 1996. p. 97). Mediante os estudos sobre língua de sinais, e a sua difusão na comunidade surda, surgiu a proposta de uma educação bilíngue, onde a língua de sinais deve ser ensinada como língua majoritária, já que a mesma torna-se própria do sujeito surdo. Desta forma, as outras línguas do seguimento social do indivíduo são trabalhadas como segunda língua, respeitando as questões do interculturalidade do sujeito.

Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngüe - Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. (BRASIL, 2008, p. 11)

A partir das teorias de Ferreira (2014) pode-se ter um melhor entendimento no que se refere ao espaço estrutural escolar, segundo ele ao discutir-se a adaptação do espaço, é comum encontrar a permanência de atitudes preconceituosas, na qual o surdo ainda é visto com o olhar metódico e discriminado tanto físico quanto socialmente. Baseado em Garcês (2006), onde se aponta diversas situações de isolamento, incompreensão e sofrimento que são descritas pelos surdos como marcas de seus passados. Isso acontecia principalmente nas salas de aula, onde nem os colegas nem os professores tinham conhecimento da cultura surda.

A discussão referente à construção das identidades de sujeitos invisibilizados, ou não valorizados, na sociedade atual é necessária no sentido de melhor compreender e possibilitar a promoção da igualdade de oportunidades e a integração dos diferentes sujeitos socioculturais na sociedade em que vivemos. Mas, ainda que seja possível verificar um avanço na escola atual, no que diz respeito às práticas escolares e às diferenças cultural, também é necessário e relevante promover o estímulo para produção de mais trabalhos que abordem temáticas relacionadas às práticas escolares e ao trabalho dos professores em uma perspectiva que contemple a diversidade cultural (Silva e Rebolo, 2017, p.181).

Paulo Freire (2005) confirma ao relatar que a educação é uma forma de intervenção do mundo onde os conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implicarão tanto no esforço de reprodução da ideologia dominante quanto ao seu desmascaramento.

Partindo dos direitos apresentados acima, o presente estudo tem como objetivo analisar o trabalho desenvolvido pela Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Luiz Nunes de Direito, localizada no município de Ananindeua no estado do Pará, uma vez que tal

instituição, desde sua fundação, recebe alunos Surdos. Por meio da pesquisa busca-se analisar como a escola em questão está trabalhando para a interação de surdos e ouvintes em seu espaço físico e profissional, considerando as dificuldades que as famílias encontram para integrar crianças surdas em escolas públicas, cogitando também o fato que há surdos que não conhecem a língua de sinais chegando às escolas, e, portanto, não possuem nenhuma língua adquirida. (MACEDO e SANTOS, 2016, p 3). Por meio da pesquisa busca-se analisar como a escola em questão está trabalhando para a interação de surdos e ouvintes em seu espaço físico e social.

3 Metodologia

O estudo é teórico e prático será realizado. O teórico foi as pesquisas bibliográficas e a prática será o estudo de campo na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio- Luis Nunes Direito, tendo um número de 1534 alunos, e: três surdos na oitava série, três no primeiro ano, seis no segundo ano, sete no terceiro ano do ensino médio, pela manhã. Será usada uma abordagem metodológica de cunho qualitativo, o que vem ressaltar a descrição e averiguação das percepções sociais e comunicacional dos sujeitos envolvidos, facilitando o entendimento dos fenômenos sociais que os cercam.

Foi adotado a pesquisa de estudo de caso, a partir da observação dos indivíduos surdos no espaço escolar, tendo como base um roteiro preestabelecido, sujeito a modificações a partir do que foi observado.

O processo qualitativo do trabalho ocorrerá com crianças e adolescentes surdos e ouvintes bem como docentes da escola, assim como também profissionais que recebem tais sujeitos, no âmbito externo de salas de aula, pátios recreativos, coordenação, corredores, banheiro, cantina, dentre outros. Havendo um roteiro de entrevista estipulado com perguntas abertas que atenda os objetivos do estudo, pois por meio dela o pesquisador busca informes contidos na fala dos atores.

Com o objetivo de trabalhar a comunicação entre surdos e ouvintes na formação do sujeito social; como se dá na consciência da comunidade escolar sobre a questão do preconceito social; analisar/observar como se dá a inclusão comunicação e a interculturalidade na relação entre surdos e ouvintes por meio da língua de sinais.

Segue abaixo o modelo de critérios que foram adotados na observação:

- 1- A inclusão comunicacional e a interculturalidade do sujeito surdo expandiu-se nos espaços escolares, a partir de atividades de interação do indivíduo. Observe como se dá essa relação de interação nos espaços internos e externos de sala de aula.
- 2- Como se dá a aquisição da língua de sinais no âmbito escolar? Existe iniciativas para promover essa comunicação entre alunos/alunos ou alunos/servidor? Haja vista que a escola é referência no ensino de surdos.
- 3- Como se dá a questão da relação bilíngue no âmbito escolar ?
- 4- A libras é trabalhada como língua majoritária para o indivíduo surdo no âmbito escolar ou como segunda língua?
- 5- O surdo está incluso no ambiente interno e externo das salas de aula ?
- 6- A interculturalidade é trabalhada de modo que promova essa inclusão?
- 7- O indivíduo surdo está incluído ou integrado a esse espaço?
- 8- A uma boa relação comunicacional entre servidores e surdos no âmbito escolar?

Durante a observação foi feita a constatação de que a maioria dos critérios acima estão se desenvolvendo de modo paulatino na escola, haja vista, que esse processo de comunicação e interculturalidade na escola ocorre, no entanto, se dá de modo mais intenso entre seus pares surdo/surdo e ouvinte/ouvinte, o ouvinte ainda tem essa dificuldade de interação, por conta da pouca difusão da língua, dificultando nesse processo de interação nos espaços. E há pouca iniciativas para a promoção da aquisição da língua, acabando que promover essa barreira comunicacional.

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias; (BRASIL, 2015)

Não ocorrendo uma educação bilíngue no espaço escolar, já que não há intérpretes no ambiente de salas de aula, somente o professor de AEE (Atendimento Educacional Especializado), dificultando nesse processo de aquisição da linguagem e do conhecimento. Consequentemente a Libras não é trabalhada como língua majoritária e sim como segunda língua para o indivíduo surdo. O professor de AEE é sempre solicitado para promover a comunicação com os servidores da escola, haja vista, que são poucos indivíduos que sabem e apenas o básico- saudações.

O surdo acaba sendo integrado a esse ambiente de sala de aula, e através das relações interculturais nos espaços externos, vai conquistando paulatinamente os espaços fora de sala e se incluindo gradativamente.

4 Considerações finais

A partir do que foi analisado na instituição de ensino, percebe-se que mesmo diante das leis que pedem que haja formação continuada dos professores, disponibilidade de intérpretes nos espaços escolares, e a oferta de um ensino bilíngue sendo a Língua Brasileira de Sinais, trabalhada como primeira língua para o sujeito surdo, não há uma obrigatoriedade nas leis, e consequentemente, ocorre uma hesitação quanto a sua efetivação, dificultando e agravando os processos de barreiras comunicacionais e em um âmbito mais amplo sociais. Já ocorreram muitas conquistas a partir da união dos sujeitos surdos em busca dos seus direitos, mas a “batalha” social ainda será intensa para que ocorra de fato o cumprimento das leis.

O avanço na legislação brasileira que ampara o sujeito surdo é inegável, contudo, o Estado e a Sociedade devem primar pela implementação dessas políticas, para que assim, possamos garantir a inclusão e a igualdade social, de fato e não, apenas de direito, como vem acontecendo nas escolas que atendem alunos com deficiência auditiva, na última década. Portanto, o esforço da comunidade surda, professores, amigos, familiares de pessoas surdas e os surdos, precisam unir-se e unísono e continuar a sua reivindicação por melhores condições de ensino e de justiça social, pois, ainda é uma quimera, que a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em seu artigo 205 “Art. 205.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa,

seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”, possa se cumprir, garantindo a isonomia de todos os entes sociais. Neste diapasão, cabe a cada cidadão brasileiro, lutar para que a legislação brasileira se cumpra em todos os ambientes em que os sujeitos surdos estão inseridos, e não apenas em contextos educacionais. O surdo precisa ter o direito de acesso à comunicação também em bancos, supermercados, hospitais, enfim, a cultura surda precisa estar imbricada com a sociedade ouvinte e precisamos lutar para que o bilinguismo saia de uma proposta que consta na nossa legislação vigente e se consubstancie em realidade.

A Constituição Federal Brasileira (1988) garante: em seu artigo duzentos e oito “Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;”. Assim, dá legitimidade ao atendimento educacional especializado para a pessoa com deficiência, independentemente, de qual ela for. Portanto, o Brasil precisa lutar por todos os cidadãos deficientes, para que os eu direito possa ser, de fato, usufruído.

É visto com isso a necessidade de se trabalhar a interculturalidade no espaço escolar, para promover essa identificação e aceitação da sua cultura visu-espacial e acima de tudo trabalhar nesse âmbito escolar as relações de diferenças com o próximo, desconstruindo esses conceitos errôneos e reduzindo o preconceito. Para o sujeito ouvinte trabalhar essa questão do respeito para com o outro, entendendo a sua dificuldade e buscando um novo meio para se comunicar com o sujeito Surdo- através da Língua Brasileira de Sinais, conhecendo assim uma nova cultura e outras formas de interações e relações com o meio.

A escola por sua vez, deve trabalhar novos princípios para a construção de uma educação bilíngue e efetiva para a escola. Partindo disso é necessário promover ações, de formação continuada para os professores e oficinas/mini cursos de Libras para os servidores e alunos- promovendo essa aquisição da língua e facilitando a comunicação entre surdos e ouvintes- a escola por meio de oficinas exigir o que está previsto em lei referente ao interprete de Libras para ajudar nesse processo escolar do surdo e o mesmo não ficar apenas integrado no âmbito de sala de aula e sim incluído. Além disso, pode-se promover rodas de literatura e cultura surda, afim de despertar o interesse da comunidade escolar e assim envolver de modo mais intenso alunos, servidores e professores.

Sendo assim, a instituição como órgão maior, deve promover eventos não apenas no mês de setembro que é conhecido mundialmente como o mês do sujeito surdo (O mês de

setembro é marcado por diversos eventos da comunidade surda. Eles são voltados para a conscientização sobre a acessibilidade e a comemoração das conquistas obtidas ao longo dos anos.) e sim vários períodos do ano, afim de intensificar esse processo de identificação do sujeito surdo e trazer a comunidade escolar novos saberes sobre essa cultura diferente da ouvintinas e um conhecimento mais abundante sobre os conteúdos acerca da cultura e identidade surda, promovendo assim espaços interculturais e melhorando esse processo de comunicação entre os indivíduos surdos e ouvintes dentro e fora do ambiente escolar.

Referências

BRASIL, LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm > . Acesso em : 30 out. 2017.

CLANET, Claude. **L'interculturel.** Introduction aux approches interculturelles en education et en sciences humaines. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1993

CRUZ NETO, Otávio. *O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação.* In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: Teoria, Método e Criatividade.** 23ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004

CANDAU, V. M. (Org.). Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. In: Educação **intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 154-173.

FERREIRA, Alan Leonardo Oliveira et al. **A espacialização do surdo em Belém do Pará. O território como uso social do espaço urbano.** I Simpósio Mineiro de Geografia. Alfenas, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Paz Terra, São Paulo, SP. 2005.

GARCÊS, Regiane Lucas de Oliveira. **Entre o Silêncio e a visibilidade: a luta por reconhecimento da comunidade surda.** IV Seminário Internacional Sociedade Inclusiva. Propostas e ações inclusivas: impasses e avanços. Belo Horizonte, 2006.

GÓES, M. C. R.. **Linguagem, surdez e educação.** 1. ed. campinas: autores associados, 1996. v. 1. p 97.

MACEDO, Flávia Alves de; Santos, Wesley Farias. **Surdos ou incapazes: a capacitação de profissionais para recepção de alunos surdos na escola estadual Virgílio Libonate em Belém do Pará**. Projeto de pesquisa. Belém. 2016. p. 3

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2017

QUADROS, Ronice Muller de. (Org). **Estudos Surdos I**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

SILVA, Vanilda Alves da; REBOLO, Flavinês. A educação intercultural e os desafios para a escola e para o professor. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 18, n. 1, p. 179-190, Mar. 2017. Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151870122017000100179&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Oct. 2017. [http://dx.doi.org/10.20435/1984-042x-2017-v.18-n.1\(14\)](http://dx.doi.org/10.20435/1984-042x-2017-v.18-n.1(14)).